

## ATA DA VIGÉSSIMA SÉTIMA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Aos vinte e seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e nove, na Sala nº 500 do Edifício Sede do Ministério da Justiça, em Brasília, Distrito Federal, às quinze horas e trinta minutos, o Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública - CGFNSP reuniu-se em sessão extraordinária, com a presença dos seguintes membros: Sylvio de Andrade Junior, representante suplente do Ministério da Justiça e Presidente desta Sessão; Sidnei Borges Fidalgo, representante suplente da Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP; Carlos Humberto Oliveira, representante titular da Casa Civil da Presidência da República; Carlos Rogério Ferreira Cota, representante titular do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e a Procuradoria-Geral da República não foram representados. Participaram também da Sessão servidores da SENASP arrolados na lista de presença que acompanha esta Ata. O Presidente, após os cumprimentos de praxe, anunciou os assuntos da Pauta, a saber: 1) Aprovação da Ata da 60ª Reunião Ordinária e 2) Apreciação de 12 projetos estaduais e 16 projetos municipais.

**DELIBERAÇÕES:** Aberta a sessão, o Presidente foi informado que devido à pendência de última hora não seria possível aprovar a Ata da 60ª Reunião Ordinária. O Presidente passou para o segundo ponto de Pauta e concedeu à palavra ao Servidor João Francisco Goulart dos Santos para apresentar os projetos da ação Reparelhamento e Modernização dos Órgãos de Segurança, os quais foram aprovados sem objeções, a saber:

	UF	Proposta SINCONV	Especificação	Custeio	Capital	Total
1	AP	057066/2009	Reaparelhamento das Unidades Policiais <b>(Emenda Parlamentar)</b>	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00
2	AL	056448/2009	Reaparelhamento do CBMAL	300.000,00	600.000,00	900.000,00
3	RN	056966/2009	Apoio ao Reparelhamento das Instituições de Segurança Pública / Reparelhamento da SESED	69.580,00	1.732.941,38	1.802.521,38
4	RN	056662/2009	Reaparelhamento do Corpo de Bombeiros Militar	300.000,00	700.000,00	1.000.000,00
<b>TOTAL</b>				<b>669.580,00</b>	<b>4.032.941,38</b>	<b>4.702.521,38</b>

Os projetos da Ação Sistema Integrado de Formação e Valorização Profissional foram apresentados pelas servidoras Juliana Márcia Barroso e Tatiana Severino de Vasconcelos.

	UF	Proposta SINCONV	Título do Projeto	Custeio	Capital	Total
1	AM	057121/2009	Capacitação e Atualização dos Profissionais na Área de Segurança Pública	1.543.338,70	1.419.210,32	2.962.549,02
2	AP	057126/2009	Projeto de Qualificação Profissional	1.133.037,08	709.219,82	1.842.256,90
3	MT	056394/2009	Valorização e Qualidade de Vida para os Profissionais de Segurança Pública	1.060.480,99	944.872,92	2.005.353,91
4	SC	50520/2009	Estruturação do Espaço de Treinamento da Diretoria de Formação e Capacitação Profissional – ETAPA 2	0,00	187.180,00	187.180,00
<b>TOTAL</b>				<b>3.736.856,77</b>	<b>3.260.483,06</b>	<b>6.997.339,83</b>

A Proposta nº 057121/2009 (AM) foi retirada da pauta porque o Estado não cumpriu as diligências solicitadas pela SENASP.

A Proposta nº 57126/2009 (AP) não foi colocada em votação pelos seguintes motivos: O Conselheiro Carlos Humberto Oliveira declarou que no Portal de Convênios a proposta ainda estava sob diligências. A servidora Juliana Barroso informou que todas as pendências foram saneadas e a aprovação foi concluída no dia 25/11, entretanto a nota técnica não foi inserida no Sistema de

Convênios - SICONV porque o Portal estava apresentando problemas técnicos. Dito isso, o Conselheiro Carlos Humberto Oliveira solicitou que fossem incluídas na Pauta somente as propostas finalizadas. O Conselheiro alertou que a análise do Conselho é posterior à da SENASP, ou seja, o Colegiado só se manifesta após a aprovação da proposta. A servidora desculpou-se e informou que o intuito foi agilizar a execução do Fundo. O Colegiado julgou necessário analisar o parecer de aprovação, portanto, decidiu que a votação deste projeto dar-se-á mediante a manifestação por meio eletrônico, até o dia 03/12/2009. Registra-se que no contexto da apresentação desse projeto, o Conselheiro Carlos Humberto Oliveira ponderou que havia observado que em alguns projetos desta ação foram incluídas solicitações de bens que se inseriam no escopo da ação reaparelhamento, como por exemplo, aquisições de arma, munição, veículos, tanque de aeronave, dentre outros. A servidora Juliana Barroso explicou que no descritor da ação valorização profissional está previsto especificamente o reaparelhamento das Academias de Polícia porque em razão do elevado número de demandas dos órgãos policiais, as academias nem sempre são priorizadas. O Presidente pediu que a servidora informasse ao Colegiado a finalidade dos bens elencados. A servidora informou que todos os bens serão utilizados por escolas e academias de polícia em atividades de treinamento.

A Proposta nº 56394/2009 (MT) destina-se à valorização e qualidade de vida dos profissionais de segurança pública do Estado, com ênfase na redução do stress ocupacional e promoção de um nível de qualidade de vida, por meio do estabelecimento de um clima organizacional propício a um funcionamento humano de qualidade, de mapeamento e pesquisa de clima e cultura organizacional, campanha de saúde e qualidade de vida, programa de recuperação e inserção no trabalho e programa de aposentadoria. Na apreciação do pleito, a posição inicial do representante da Casa Civil/PR, Carlos Humberto Oliveira, foi pela rejeição, porque considerou os objetivos da proposta subjetivos e não quantificados, o que torna difícil avaliação concreta da proposta. O Presidente declarou que discordava desse entendimento, porque questões como clima organizacional e/ou stress ocupacional são questões objetivamente quantificáveis e, para exemplificar, informou que o Ministério da Justiça está fazendo um mapeamento de procedimentos totalmente quantificável. O Conselheiro Carlos Humberto Oliveira argumentou que em seu entendimento os recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública deveriam ser direcionados especificamente para a área de segurança pública e questões envolvendo a gestão pública, a previdência, a aposentadoria e a área trabalhista deveriam captar recursos de outras fontes. O Presidente explicou que diversos termos utilizados no projeto são técnicos e para o senso comum podem parecer vazios de significados, porém se observados do ponto de vista da gestão, são quantificáveis e objetivos. O Conselheiro Carlos Humberto Oliveira destacou que projetos com o foco na gestão são importantes, mas devem ser conduzidos por especialistas dessa área e com recursos do próprio Estado, porque os recursos do Fundo destinam-se à segurança pública. O Presidente contrargumentou dizendo que as questões relacionadas à Segurança Pública não podem ser tratadas focando somente a atividade ostensiva ou de policiamento, porque deste modo, haveria um retrocesso histórico, quando o foco da gestão restringia-se à tarefa. Destacou que para que os bons resultados apareçam, é necessário qualificar a gestão e investir no profissional de segurança pública, por isto mesmo a visão do Governo Federal, nos últimos sete anos, vai além do reaparelhamento. Por fim, o Presidente declarou que tratar o profissional de segurança é tão importante quanto reaparelhar a polícia. O Conselheiro Carlos Humberto Oliveira para elucidar o seu posicionamento citou algumas proposições inseridas nos projetos como: Campanhas de Valorização, Promoção à Saúde e Qualidade de Vida; Programa de Aposentadoria Construindo Novos Caminhos; Mapeamento e pesquisa de clima Organizacional e Cultura Organizacional. E afirmou que não entendia essas proposituras como sendo atividades de área de segurança pública. O Presidente propôs que os termos expostos nos projetos fossem avaliados a partir de seu significado técnico e declarou-se familiarizado com os termos colocados na proposta, porque o Ministério da Justiça está passando por um processo de mudanças, por meio do Programa Passo à Frente, o qual lida com temas semelhantes aos destacados ali. Assim, para facilitar o entendimento dos termos e a contextualização desses temas na gestão pública, o Presidente propôs que fosse convocada à reunião a Coordenadora-Geral de Modernização e Administração da Secretária-Executiva/MJ, responsável pela execução de ações do planejamento estratégico do MJ. Com a aquiescência do Colegiado a convocação foi feita e neste intervalo os Conselheiros continuaram debatendo o assunto. Na seqüência, o Presidente relatou à Doutora Raquel Marshall Gadea a situação posta e concedeu à palavra a referida autoridade. A servidora explicou

sucintamente a importância do tema qualidade de vida no âmbito da gestão pública, alguns conceitos técnicos relacionados à proposta em apreço e respondeu perguntas pontuais do colegiado. Neste contexto, a servidora Juliana Barroso informou que no primeiro semestre do ano foi apresentado pelo seu Departamento, em reunião temática do Colegiado, o resultado de um mapeamento feito pela SENASP na área psicossocial das Secretarias de Segurança Pública do País, o qual mostrou um elevado número de alcoolismo, do nível de estresse, de reversão à atividade, de obesidade, de atendimentos médicos, de faltas, dentre outros. Esta pesquisa revelou a necessidade de atuação na área psicossocial das polícias, motivo pelo qual a SENASP está fomentando projetos nesse sentido. Em seguida, o Presidente agradeceu a contribuição da Dra. Raquel Gadea. Após estas manifestações, o Colegiado deliberou pela concessão de prazo, até 03/12/2009, para que os Conselheiros façam uma análise mais aprofundada da proposta e decidiu que a votação deste projeto dar-se-á mediante a manifestação por meio eletrônico, até o prazo estabelecido.

A Proposta nº 50520/2009 (SC) foi aprovada por unanimidade, contudo cabe consignar que a Diretora de Educação e Valorização Profissional de Segurança Pública, Juliana Márcia Barroso, manifestou-se verbalmente pela aprovação da proposta, já que não foi inserido despacho nesse sentido porque o SICONV estava com defeito.

No âmbito da Ação Implantação do Sistema Nacional de Gestão do Conhecimento e de Informações Criminais, o servidor Thadeu de Jesus e Silva Filho expôs a proposta a seguir relacionada, a qual foi aprovada sem objeções, entretanto, cabe registrar que na Nota Técnica de aprovação da proposta consta pedido de atualização da data na Declaração de Contrapartida. O servidor explicou que a solicitação era meramente formal e não prejudicava o mérito da proposta, mesmo assim demonstrou no SICONV que o Estado cumpriu essa diligência.

	UF	Proposta SICONV	Título do Projeto	Custeio	Capital	Total
1	GO	56965/2009	Modernização da Gestão da Informação	335.776,95	611.757,67	947.534,62
<b>TOTAL</b>				<b>335.776,95</b>	<b>611.757,67</b>	<b>947.534,62</b>

As servidoras Catia Simone Gonçalves Emanuelli e Iberia Aparecida Costa Onofre apresentaram os projetos municipais:

	UF	Nº. Proposta SICONV	Título do Projeto	Custeio	Capital	Total do Fundo
1	São Felix do Coribe/BA	021902/2009	Modernizar a Guarda Municipal	63.400,00	57.829,00	121.229,00
2	Ilhéus/BA	056973/2009	Modernização da Guarda Municipal	357.688,00	242.312,00	600.000,00
3	Amparo/SP	056980/2009	Qualificar e reestruturar a Guarda Civil Municipal de Amparo	139.458,60	599.765,04	739.223,64
4	Araranguá/SC	082949/2009	Implantação de 02 Bases Comunitárias Móveis.	0,00	320.842,20	320.842,20
5	Eunápolis/BA	082800/2009	Modernização da Guarda Municipal	235.951,00	164.049,00	400.000,00
6	Itabuna/BA	070385/2009	Modernização da Guarda Municipal	396.310,00	250.690,00	647.000,00
7	Itororó/BA	056790/2009	Modernização da Guarda Municipal	190.344,00	92.656,00	283.000,00
8	Franca/BA	052630/2009	Reaparelhamento da Guarda Municipal – <b>Emenda Parlamentar</b>	0,00	250.000,00	250.000,00
9	Feira de Santana/BA	086614/2009	Modernização da Guarda Municipal	285.461,00	136.869,00	422.330,00
10	Curitiba/PR	082.380/2009	Reaparelhamento da Guarda Municipal – <b>Emenda Parlamentar</b>	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00
11	Mangaratiba/RJ	085782/2009	Modernização da guarda municipal	69.789,58	47.782,00	117.571,58

12	Dourados/MS	08788/2009	Anjos da Guarda do Amanhã	873.787,00	533.981,00	1.407.768,00
11	Maracanaú/CE	086230/2009	Modernização da Guarda Municipal	634.180,00	587.320,00	1.221.500,00
13	Nova Iguaçu/RJ	085884/2009	Ampliação do atendimento a homens autores de violência contra a mulher	1.551.368,50	9.741,76	1.561.110,26
14	Itapetinga/BA	086550/2009	Modernização da Guarda Municipal	142.035,02	275.713,70	417.748,72
15	Ponta Grossa/PR	055180/2009	Modernização da Guarda Municipal (Emenda Parlamentar)	0,00	300.000,00	300.000,00
<b>TOTAL</b>				<b>4.939.772,70</b>	<b>4.869.550,70</b>	<b>9.809.323,40</b>

E os projetos estaduais da ação Implantação de Projetos de Prevenção da Violência:

	UF	Nº. Proposta SICONV	Título do Projeto	Custeio	Capital	Total Fundo
1	SC	083821/2009	Aprimoramento dos Policiais militares proerdianos, bem como capacitar novos policiais com a finalidade de trabalharem no PROERD – Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Violência	389.359,00	0,00	389.359,00
2	SC	084247/2009	Aquisição de equipamentos visando potencializar o Programa Educacional de Residência às Drogas e a Violência - PROERD	0,00	239.269,00	239.629,00
3	SC	084836/2009	Gestores da Paz Social	397.537,20	0,00	397.537,20
<b>TOTAL</b>				<b>786.896,20</b>	<b>239.269,00</b>	<b>1.026.525,20</b>

Inicialmente, a servidora Cátia Emanuelli solicitou que fosse consignado em ata que a SENASP encontrou sérias dificuldades para acessar o Portal de Convênios, o qual esteve em manutenção por vários dias, além disso, mesmo quando estava operando, apresentou falhas técnicas, como por exemplo, a rejeição de inclusão de notas técnicas, motivo pelo qual alguns projetos ainda não estavam finalizados no SICONV. Na seqüência, a servidora solicitou a retirada de pauta das propostas a seguir destacadas, porque não foram cumpridas diligências requisitadas pela SENASP, quais sejam: 052630/2009 (Franca/BA); 086230/2009 (Maracanaú/CE), 085884/2009 (Nova Iguaçu/RJ), 086614/2009 (Feira de Santana/BA), 086550/2009 (Itapetinga/BA) e 084836/2009 (SC).

Após as apresentações, o Conselheiro Carlos Humberto Oliveira declarou que o Plano de Trabalho da Proposta nº 021902/2009 (São Felix do Coribe/BA) não estava aprovado no SICONV. A Servidora Cátia Emanuelli esclareceu que a aprovação do Plano de Trabalho é a etapa que encerra o processo de aprovação da proposta, em razão disso, a área técnica entende que esta aprovação deve ocorrer após a deliberação do Conselho porque é o órgão que efetivamente chancela as propostas. Ainda neste contexto, o mencionado Conselheiro alertou que as propostas estavam assinadas apenas pelo Analista Técnico. A servidora explicou que no módulo do SICONV de análise e aprovação da proposta estão previstas apenas as figuras do Analista Técnico e do Gestor de Convênios. O Conselheiro destacou que embora o processo ainda esteja em fase de aperfeiçoamento, em seu entendimento é imprescindível conter na nota técnica de aprovação da proposta a manifestação das demais autoridades, como era feito no processo antigo. A servidora concordou com a colocação feita, entretanto, explicou que em razão da precariedade do sistema só será possível visualizar as assinaturas das demais autoridades no processo físico. Na seqüência, o Conselheiro Carlos Rogério Cota observou que o valor orçado para a elaboração do diagnóstico e do plano municipal estava muito baixo quando comparado com os demais municípios e indagou a razão desta discrepância. A servidora explicou que possivelmente esta redução ocorreu porque este município possui pouco mais de doze mil habitantes. O Conselheiro acrescentou que o valor relacionado no Termo de Referência além de baixo, foi cotado em um Colégio. Diante dessas considerações, o Conselho determinou que o Município fosse diligenciado a fim de verificar a capacidade técnica da empresa relacionada no Termo de Referência e decidiu que a votação deste projeto dar-se-á mediante a manifestação por meio eletrônico, até o dia 03/12/2009.

A Proposta nº 056973/2009 (Ilhéus/BA) foi comentada pelo representante do Município, o Senhor Marcos Vinícius de Oliveira, o qual enfatizou os pontos que tratam da elaboração do diagnóstico e do Plano Municipal.

Na Proposta nº 056980/2009 (Amparo/SP), o Conselheiro Carlos Rogério Cota observou que o item “kit” inserido no Plano de Trabalho não estava detalhado. A Servidora Cátia desculpou-se e informou que a proposta não tinha sido analisada por ela. O Colegiado determinou que o município fosse notificado a detalhar o item e decidiu que a votação deste projeto dar-se-á mediante a manifestação por meio eletrônico, até o dia 03/12/2009.

Os demais projetos foram aprovados sem a necessidade de registros especiais. Cabe consignar que no âmbito das discussões desses projetos, o Conselheiro Carlos Humberto Oliveira recomendou à SENASP que, na avaliação dos projetos municipais, sempre que possível, se propusesse a realização de diagnóstico intermunicipal. O Conselheiro alertou que esta medida seria importante porque proporcionaria redução considerável de custos, uma vez que o valor orçado para os diagnósticos geralmente abrangem um terço de cada projeto. O Conselheiro acrescentou ainda que a medida poderá ser viabilizada por meio do consórcio público.

A Proposta nº 055180/2009 (Ponta Grossa/PR) foi aceita extrapauta, contudo, o colegiado deliberou que a votação deste projeto dar-se-á mediante a manifestação por meio eletrônico, até o dia 03/12/2009.

Nada mais havendo para tratar, o Presidente da Sessão encerrou a reunião às dezoito horas e cinquenta e cinco minutos deste dia. E, para constar, esta ata, que depois de lida e achada em conforme, será assinada pelos membros do Conselho Gestor.

**Sylvio de Andrade Júnior**  
Presidente da Sessão

**Sidnei Borges Fidalgo**  
Secretaria Nacional de Segurança  
Pública

**Não representado**  
Ministério do Planejamento, Orçamento e  
Gestão

**Carlos Humberto Oliveira**  
Casa Civil da Presidência da República

**Carlos Rogério Ferreira Cota**  
Gabinete de Segurança Institucional da  
Presidência da República

**Não representada**  
Procuradoria-Geral da República